

 **Atena**
Editora

Ano 2020

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS NA AÇÃO DOCENTE 2

MARCOS AURÉLIO ALVES E SILVA
(ORGANIZADOR)

Atena
Editora
Ano 2020

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS NA AÇÃO DOCENTE 2

MARCOS AURÉLIO ALVES E SILVA
(ORGANIZADOR)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Formação de professores: perspectivas teóricas e práticas na ação docente

2

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Marcos Aurélio Alves e Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F723	<p>Formação de professores [recurso eletrônico] : perspectivas teóricas e práticas na ação docente 2 / Organizador Marcos Aurélio Alves e Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-223-4 DOI 10.22533/at.ed.234202707</p> <p>1. Educação. 2. Prática de ensino. 3. Professores – Formação. I. Silva, Marcos Aurélio Alves e.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370.71</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Formação de Professores: Perspectivas Teóricas e Práticas na Ação Docente” é uma obra composta por vários trabalhos com traços relevantes no que concerne a discussão da temática da formação de professores. Apresenta relatos que propiciam uma leitura convidativa que tange abordagens teóricas e práticas da formação inicial a formação continuada dos docentes.

Neste sentido, o livro tem como objetivo central em apresentar de forma clara, os estudos desenvolvidos em diversas instituições de ensino e pesquisa do país. No segundo volume é contido escritos que abordam questões da profissionalização docente em seu âmbito de atuação com ênfase, em especial, as temáticas da tecnologia, inclusão, gestão, avaliação e política educacional. Ainda neste volume, é possível encontrar relatos que apontam para os cursos de formação de professores, a partir das práticas que nestes estão inclusas.

O terceiro volume é marcado de modo particular, por debates que enfatizam o professor nas várias modalidades de ensino e o construto de sua identidade enquanto profissional. Também é possível apreciar os trabalhos realizados na atuação do professor em sala de aula, diante dos recursos e metodologias que contribuem na dinâmica do processo de ensino-aprendizagem.

Temas diversos e interessantes são, deste modo, discutidos aqui com a proposta de fundamentar o conhecimento de acadêmicos, mestres, doutores e todos aqueles que de alguma forma se interessam pela temática da formação de professores. Possuir um material que discuta as questões relacionadas a essa temática é muito relevante, pois adentra nos aspectos da profissionalização de uma categoria marcada de características ao longo do tempo.

Deste modo o e-book “Formação de Professores: Perspectivas Teóricas e Práticas na Ação Docente 2 e 3” apresentam uma teoria bem fundamentada nos resultados obtidos pelos diversos professores e acadêmicos que arduamente desenvolveram seus trabalhos que aqui são apresentados de maneira concisa e didática. Sabemos o quão importante é a divulgação científica, por isso evidenciamos também a estrutura da Atena Editora capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para estes pesquisadores expor e divulgar seus resultados.

Marcos Aurélio Alves e Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ESCRITA AUTOBIOGRÁFICA E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NA DÉCADA DE 80	
Francisca Risolene Fernandes Jocilania Souza da Silva Sandra Dias Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.2342027071	
CAPÍTULO 2	9
A IMPORTÂNCIA DAS TECNOLOGIAS NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES	
Rita Maria Sousa Franco Dania Rafaela Ferreira Carvalho José Carlos de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.2342027072	
CAPÍTULO 3	22
A [IN]VISIBILIDADE DA BRINQUEDOTECA UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Frankson Santiago Reis Patrícia do Socorro Chaves de Araújo Tadeu João Ribeiro Baptista	
DOI 10.22533/at.ed.2342027073	
CAPÍTULO 4	34
A UTILIZAÇÃO DO DIÁRIO ÍNTIMO NO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I – DESCRIÇÕES DE UM PROCEDIMENTO À LUZ DA ISD	
Elaine Cristina Ferreira de Oliveira Fabiana Ap. da Silva Andrade Vinícius Cineli Alves	
DOI 10.22533/at.ed.2342027074	
CAPÍTULO 5	54
ALUNOS COM DEFICIÊNCIA COMO PROTAGONISTAS EM PROJETOS LITERÁRIOS	
Maria Solene Santiago Sara Emanuelle Santiago da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2342027075	
CAPÍTULO 6	59
AS TECNOLOGIAS NA APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS	
Maria Selta Pereira Maria Vanessa Correia Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.2342027076	
CAPÍTULO 7	64
AVALIAÇÃO COMO UMA RELAÇÃO DE PODER	
Cleonaldo Pereira Cidade Diana Oliveira Santos Bomfim Charlene Ferreira dos Santos Lima	
DOI 10.22533/at.ed.2342027077	

CAPÍTULO 8 74

BASE NACIONAL COMUM: A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO MÉDIO NA CIDADE DE BARUERI – GRANDE SÃO PAULO. EM CONTEMPLAÇÃO A BASE NACIONAL CURRICULAR

Rosângela da Silva Camargo Paglia

DOI 10.22533/at.ed.2342027078

CAPÍTULO 9 86

CLICANDO A CIDADE: ENSINO INTERDISCIPLINAR DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO POR MEIO DE FOTOGRAFIAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Marluce Bruna Ferreira da Silva

Iury de Almeida Accordi

Andréia Ambrósio-Accordi

DOI 10.22533/at.ed.2342027079

CAPÍTULO 10 98

DOCENTES NÃO DOENTES: PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DE QUEM EDUCA

Michelli Pires Goes

Iury de Almeida Accordi

Andréia Ambrósio-Accordi

Sandra Pottmeier

DOI 10.22533/at.ed.23420270710

CAPÍTULO 11 109

EDUCAR GENÉTICA: INSTRUMENTOS DIDÁTICOS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE E O ENSINO DAS LEIS DE MENDEL

Vitória Beatriz Rocha Gomes

Nayara Gonçalves de Sousa

Larisse dos Santos Fernandes

Marlúcia da Silva Bezerra Lacerda

Francisco de Assis Diniz Sobrinho

DOI 10.22533/at.ed.23420270711

CAPÍTULO 12 121

FACES DA EXCLUSÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: COM A PALAVRA, OS CUIDADORES

Katyanna de Brito Anselmo

DOI 10.22533/at.ed.23420270712

CAPÍTULO 13 130

FORMAÇÃO 'IN LOCO': DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Fernanda Pereira da Silva Andrade

Jozaene Maximiano Figueira Alves Faria

DOI 10.22533/at.ed.23420270713

CAPÍTULO 14 137

FORMAÇÃO CONTINUADA EM MÍDIAS NA EDUCAÇÃO: DESVELANDO OS VIESES TEÓRICOS QUE CONDUZIRAM TAL PROCESSO FORMATIVO

Luan Henrique Alves

Jacks Richard de Paulo

DOI 10.22533/at.ed.23420270714

CAPÍTULO 15 150

FORMAÇÃO DOCENTE, PERSPECTIVAS LEGAIS E INCLUSÃO ESCOLAR: UMA BREVE REVISÃO TEÓRICA

Ana Luiza Barcelos Ribeiro
Thamires Gomes da Silva Amaral Lessa
Bianka Pires André

DOI 10.22533/at.ed.23420270715

CAPÍTULO 16 163

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA SOCIEDADE DIGITAL: UMA OFICINA PEDAGÓGICA NA DISCIPLINA DE MÍDIAS EDUCACIONAIS

Amadeu Albino Júnior
Maria da Glória Fernandes do Nascimento Albino
Margareth Santoro Baptista de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.23420270716

CAPÍTULO 17 175

FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO IFPA: DESEMPENHO ACADÊMICO NO CURSO DE PEDAGOGIA

Ana Maria Leite Lobato
Rita de Cassia Malato Ribeiro Araújo
Natasha Mendonça Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.23420270717

CAPÍTULO 18 184

GESTÃO ESCOLAR E FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Elizabeth de Fátima da Silva Mattas

DOI 10.22533/at.ed.23420270718

CAPÍTULO 19 199

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO DE QUÍMICA: DESENVOLVIMENTO DE UM KIT DIDÁTICO PARA O ESTUDO DA TEORIA DA DISSOCIAÇÃO ELETROLÍTICA DE ARRHENIUS

Evellyn Delgado Pereira de Araújo
Maria das Graças Negreiros de Medeiros
Vanúbia Pontes dos Santos
Adiel Henrique de Oliveira Pontes
João Batista Moura de Resende Filho
Janaína Aguiar Peixoto

DOI 10.22533/at.ed.23420270719

CAPÍTULO 20 213

MATEMÁTICA EM FOCO NO CONTEXTO DO EXERCÍCIO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO E NA PERSPECTIVA DA ABORDAGEM DA LUDICIDADE

Igor de Souza Pereira
Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Rosangela Pereira de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.23420270720

CAPÍTULO 21 227

OS CURSOS DE LICENCIATURA DO MARANHÃO E OS INDICADORES DE QUALIDADE DO CPC

Ana Lúcia Cunha Duarte
Ana Beatriz Frazão da Silva
Vitória da Silva Souza
Rafael Mendonça Mattos

DOI 10.22533/at.ed.23420270721

CAPÍTULO 22 237

PLANOS, SEQUÊNCIAS E ABSTRAÇÕES: A CINEMATOGRAFIA E A EDUCAÇÃO

Luís Gustavo da Conceição Galego

Fernando Lourenço Pereira

DOI 10.22533/at.ed.23420270722

CAPÍTULO 23 252

RELATO DA EXPERIÊNCIA COM O MOVIMENTO DE APRENDER E ENSINAR GEOGRAFIA: UMA ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA

Jacks Richard de Paulo

Stela Maris Mendes Siqueira Araújo

Wellington Rodrigo Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.23420270723

SOBRE O ORGANIZADOR..... 263

ÍNDICE REMISSIVO 264

FACES DA EXCLUSÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: COM A PALAVRA, OS CUIDADORES

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 05/05/2020

Katyanna de Brito Anselmo

Universidade Estadual do Piauí – UESPI

katyans@yahoo.com.br

Oeiras – PI

<http://lattes.cnpq.br/7898657091722906>

RESUMO: O presente artigo tem como objetivos analisar práticas de exclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino regular a partir de uma visão histórica da educação especial e da percepção de cuidadores de discentes de escolas públicas no município de Crato-CE. Para tanto, a pesquisa envolve: levantamento bibliográfico; um estudo exploratório que tem como instrumento de obtenção dos dados da pesquisa um questionário subjetivo com cuidadores de discentes com necessidades educacionais especiais. Os resultados da pesquisa apontam que o processo de exclusão inicia-se bem antes do ingresso das pessoas na escola regular e que a exclusão delinea-se para além da falta de recursos, infraestrutura e formação docente. Concluímos nesse percurso investigativo que

assim como a inclusão é responsabilidade de todos aqueles que fazem a educação escolar, a exclusão reflete a ausência de responsabilidade efetiva de todos com os processos atitudinais para a inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Exclusão de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais. Exclusão na história. Cuidadores.

FACES OF EXCLUSION OF PEOPLE WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS: WITH THE WORD, CARERS

ABSTRACT: This article aims to analyze practices of exclusion of people with special educational needs in regular education from a historical view of special education and the perception of caregivers of students from public schools in the city of Crato-CE. Therefore, the research involves: bibliographic survey; an exploratory study that uses as a tool to obtain research data a subjective questionnaire with caregivers of students with special educational needs. The results of the research show that the exclusion process starts well before people enter the regular school and that the exclusion delineates itself beyond the lack of resources, infrastructure and teacher training. We concluded in this investigative path that just

as inclusion is the responsibility of all those who do school education, exclusion reflects the absence of effective responsibility from everyone with the attitudinal processes for inclusion.

KEYWORDS: Exclusion of people with Special Educational Needs. Exclusion in history. Caregivers.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta reflexões sobre a exclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino regular, evidenciando a percepção dos cuidadores¹ de discentes com necessidades educacionais de uma escola pública do município de Crato, cidade localizada no sul do Cariri cearense.

Para a compreensão da fala dos sujeitos da pesquisa precisamos entender quem são os cuidadores e qual a sua função no contexto escolar, nessa direção, apresentamos a seguinte definição: os cuidadores são pessoas contratadas pela secretaria de educação para cuidar, acompanhar nas atividades escolares daqueles considerados público alvo da educação especial. O cuidador deve auxiliar os educandos com necessidades educacionais especiais, ajudando-os nas atividades que não consegue realizar sozinho, como ir ao banheiro, alimentação, troca de roupa e/ou fraldas e higiene pessoal. Selecionamos os cuidadores como sujeitos dessa pesquisa, por acreditarmos que estes podem contribuir significativamente no processo de inclusão, pois os cuidadores são pessoas que acompanham de perto o desenvolvimento desses alunos em diversas dimensões, seja física, emocional, social ou cognitiva.

Abordar essa temática é fundamental para a construção de uma educação inclusiva, pois necessitamos refletir criticamente sobre os processos de exclusão no ensino regular, objetivando a elaboração de estratégias de inclusão dos alunos e alunas no processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista que “não basta abrir as portas da escola, porque logo podem ser fechadas com a alegação de que alguns alunos não apresentam condições de adaptação e sucesso” (MAGALHÃES, 2002, p. 69-70). Neste estudo elencamos as seguintes questões norteadoras da pesquisa: de que forma os alunos do ensino fundamental são, ou podem ser excluídos no processo de ensino-aprendizagem?

Como objetivos temos: analisar práticas de exclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular a partir de uma visão histórica da educação especial e da percepção de cuidadores de escolas públicas no município de Crato-CE.

Para tanto, a pesquisa envolve: levantamento bibliográfico; questionário subjetivo com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2008).

Este artigo está organizado da seguinte forma: na primeira seção a introdução, que

1. O anonimato dos cuidadores e da escola em que trabalham foi mantido para que os mesmos ficassem a vontade, sem receios para apresentar suas percepções.

apresenta o objeto de estudo, problematização, os objetivos, o método da pesquisa; na segunda seção temos uma breve visão histórica da educação especial; na terceira seção terçemos análises sobre as práticas de exclusão escolar a partir da percepção dos cuidadores de pessoas com necessidades educacionais especiais; e por últimos trazemos algumas considerações finais da temática analisada.

2 | UMA BREVE VISÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A história do surgimento da educação especial é marcada pela exclusão, desprezo, piedade, medo e perseguição, castigos aqueles que apresentassem diferenças acentuadas na forma de agir, e no físico, diferenças consideradas marginais aos padrões de normalidade aceitos por uma determinada sociedade.

O desprezo pelos “deficientes” ia desde confinamentos até a morte, mas havia alguns que viviam “normalmente”, dependendo inteiramente da caridade dos abnegados. A deficiência era concebida conforme o contexto histórico-social, religioso, econômico de acordo com observações e vivência de cada povo em determinado contexto cultural (BRANDENBURG; LÜCKMIER, 2013).

Na cultura romana apenas era garantido o direito de viver para as crianças que nasciam sem nenhum tipo de deficiência, o contrário disso, caberia ao próprio pai sacrificá-lo, mas alguns não tinham coragem de fazê-lo e as abandonavam em rios, as vendiam para prostituição ou para serem atrativos em circos, aos olhos da sociedade crianças com deficiência eram vistas como futuros inúteis (BRANDENBURG; LÜCKMIER, 2013).

Com o cristianismo o sacrifício de pessoas com deficiência foi condenado, pois todos os indivíduos eram considerados filhos de Deus (BRANDENBURG; LÜCKMIER, 2013), mas durante a Idade Média com o advento da Inquisição a deficiência passa a ser vista como desígnios divinos ou à possessão do demônio, “por uma razão ou por outra, a atitude principal da sociedade com relação ao deficiente era de intolerância e de punição, representada por ações de aprisionamento, tortura, açoites e outros castigos severos (ARANHA, 1995, p. 65)”.

A partir da Revolução burguesa no século XV, com a queda da hegemonia da igreja católica e as mudanças no modo de produção que passa a ser capitalismo mercantil e nesse período passam a ser vistos como deficientes os indivíduos não produtivos, que oneram a sociedade no que se refere ao seu sustento e manutenção (ARANHA, 1995).

Com o desenvolver do século XVI a deficiência passa a ser considerada como um problema médico e não apenas social. Nesse século houve um esforço conjunto entre médicos e pedagogos que desafiaram preconceitos afirmando que toda pessoa excluída deveria receber educação (BRANDENBURG; LÜCKMIER, 2013).

Nos séculos XVII e meados do século XIX, inicia-se a fase da institucionalização,

os indivíduos que apresentavam deficiência eram separados dos demais segregados e “protegidos” em instituições residenciais. No final do século XIX e início do século XX teve o desenvolvimento de escolas e/ou classes especiais em escolas públicas, mantendo o indivíduo que possuía alguma necessidade especial separado dos demais e no final do século XX, por volta da década de 70 surge o movimento da integração social desses indivíduos, colocando-os o mais próximo possível dos ambientes escolares oferecidos aos que não possuíam nenhum tipo de necessidade especial.

No tecer da história da educação especial notamos que o direito à educação para pessoas com deficiência vem sendo conquistado lentamente, apesar disso esse processo de inclusão passou por vários retrocessos e somente na década de 60 surge a ideia de que essas pessoas podiam participar do convívio social é aí que nascem as escolas especializadas para os portadores de necessidades especiais (BRANDENBURG; LÜCKMIER, 2013).

No Brasil a história da educação especial seguiu por caminhos diferentes dos trilhados por países europeus e norte-americanos entre os séculos XVII e meados do XX, enquanto estudiosos desses países discutiam intensamente conceitos de deficiência mental, no nosso país ainda não havia despertado para essas questões (MENDES, 1995).

A história da educação especial brasileira, portanto, é marcada pela exclusão. As iniciativas pioneiras da educação especial acontecem no Segundo Império, por volta da metade do século XIX, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos cegos (1854), hoje Instituto Benjamin Constant (IBC); e do Imperial Instituto de Surdos-Mudos (1857), atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Foram iniciativas isoladas e elitistas em uma sociedade escravocrata e agrária, na qual poucas pessoas tinham acesso à escolarização (MAGALHÃES, 2002).

Segundo Jannuzzi (1989) e Bueno (1993) alertam que essas instituições funcionavam como asilos e não propriamente como escolas. Por outro lado, não havia preocupação governamental em estruturar um atendimento que abarcasse a grande parcela da população que necessitava de ensino especializado. Conforme Magalhães (2002) se a deficiência não fosse “visível” seriam incorporados às tarefas sociais mais simples, numa sociedade rural desescolarizada.

Na sociedade brasileira duas entidades privadas obtiveram um maior alcance nacional foram as Sociedades Pestalozzi e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) criadas nas décadas de 30 e 50, respectivamente e que mantêm, até hoje, escolas especiais. (MAGALHÃES, 2002).

Na década de 80 a Constituição brasileira de 1988, apresenta a garantia legal da educação para pessoas com deficiência, ao defender a democratização da educação afirmando no Art. 205 que a educação é direito de todos e dever do estado e da família (BRASIL, 1988).

Em 1994, o Brasil participa da *Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais*

Especiais, que deu origem a *Declaração de Salamanca*, apontando a premência da construção de uma escola adequada às necessidades dos alunos. No mesmo ano foi lançada a *Política Nacional de Educação Especial*, especificando o alunado da educação especial.

Mendes (2006) elucida dois eventos que contribuíram muito para evolução da educação inclusiva na esfera mundial, foram eles:

- **Conferência Mundial sobre Educação para Todos:** satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, realizada em Jomtien, Tailândia no ano de 1990.
- **Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais:** acesso e qualidade, realizada na Espanha em 1994, nela foi produzida a importante Declaração de Salamanca que é tida como o mais importante marco de difusão da filosofia da educação inclusiva.

A Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 – traz o Capítulo V (art. 58 a 60) específico sobre o tema – regula a educação especial colocando-a como modalidade da educação escolar a ser oferecida na rede regular de ensino. Sua oferta é um dever constitucional do Estado desde a educação infantil. A LDB 9394/96 traz a obrigatoriedade de incluir a pessoa com necessidades educacionais especiais no ensino regular e não isolá-lo em instituições segregadas, revelando assim a importância de trazê-lo para o convívio social o que é um benefício tanto para o aluno que apresenta alguma necessidade educacional especial como para os demais que aprenderão conviver com as diferenças.

Temos também a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que vem orientar, nortear o alcance de uma educação para todos, que objetiva:

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento educacional especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e aos demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008).

Como podemos evidenciar, essa política tem o intuito de orientar e regulamentar como precisa acontecer essa inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais nos diversos níveis da educação.

A história da educação especial revela práticas de exclusão, segregação, e cenas de inclusão, leis, políticas que foram construídas com lutas que foram silenciadas, e aos poucos estão ganhando espaço na sociedade contemporânea.

3 | EXCLUSÃO ESCOLAR

Dialogar sobre exclusão requer de nós a compreensão de que somos reflexo da cultura que herdamos e da cultura que produzimos. A exclusão escolar têm servido como pano de fundo para diferentes posicionamentos político-ideológicos, ficando difícil entender quais são suas verdadeiras filiações (GARCIA, 2010).

Nesse contexto, entendemos que a exclusão acontece porque ainda não superamos preconceitos, e não nos refizemos, ressignificando conceitos e práticas, e para isso todas as rotas educacionais são longas, tortuosas e questionadoras, por razões aparentemente simples: os processos educacionais se sustentam em processos culturais, e todos eles são emaranhados em complexidades e contradições (CARNEIRO, 2007). A sociedade não é harmônica, nem linear, e o sistema de ensino reflete a sociedade.

A história revela que a Educação Especial precisa superar as práticas de exclusão escolar. Nesse sentido, necessitamos entender o que é exclusão, para elaborarmos práticas educativas que busquem a superação das formas de exclusão escolar.

Buarque (1993) acredita que a exclusão é um processo, no qual o ser é posto à parte, é apartado, separado do gênero humano. Assim, a exclusão é um processo cruel de apartar pessoas consideradas desqualificadas para a sociedade.

Para Castel (2006), atualmente, os excluídos são um conjunto de indivíduos, que se encontram separados de sua coletividade. Castel (2000) também critica o uso comum e perverso do termo “exclusão” e, sem dúvida, de ter ocultado esta dimensão coletiva dos fenômenos de dissociação social, focalizando a atenção na infelicidade dos indivíduos que a sofrem. (CASTEL, 2006).

A ordem declarada em nome do progresso é preconceituosa, pois impõe padrões homogêneos, rígidos, independente do contexto histórico e das subjetividades dos indivíduos. Precisamos substituir a palavra ordem pela democracia, igualdade de direitos, de condições e acesso e permanência a educação escolar.

Evidencia Boneti (2006, p.21) que uma das causas da exclusão escolar pode ser partir do: “pressuposto de que há homogeneidade entre as pessoas, e/ou o objetivo desta ação é o da homogeneização, não tratando os grupos sociais considerados “diferentes” como tais, mas na perspectiva de os igualar”.

Contudo, a prática de inclusão escolar não comunga com a ideia de tratar todos como iguais, mas todos como seres diferentes, na qual a sua diferença seja considerada, não no sentido assistencialista, mas na direção de equiparação das condições de aprendizagem, na busca de recursos pedagógico adequados, a fim de que todos aprendam conhecimentos escolares, culturalmente sistematizados historicamente.

3.1 Práticas de exclusão escolar: percepções dos cuidadores de pessoas com necessidades educacionais especiais

No decurso desta pesquisa, propomos questionamentos sobre exclusão escolar a três cuidadores de pessoas com necessidades educacionais especiais de uma escola pública do município do Crato -CE. Por meio de um questionário subjetivo, indagamos: de que forma o público alvo da educação especial é excluído da educação escolar. E os mesmos descreveram assim:

Quando os professores não adaptam atividades de sala de acordo com o nível dos alunos com necessidades educacionais especiais (CUIDADOR I).

Podemos mencionar alguns fatores em destaque como, quando o professor não faz uma interação necessária a cada aluno, inclusive quando não participam de movimentos realizados pela escola ou quando as atividades não são compatíveis com o aprendizado (CUIDADOR II).

Quando os professores não trazem para o aluno uma atividade diferenciada, e esse aluno se torna apenas alguém sem importância em um canto da sala, isso se torna exclusão (CUIDADOR III).

A exclusão descrita pelos cuidadores paira na esfera individual discente, parece-nos que o professor é o único sujeito a promover a exclusão escolar, se o mesmo não dispuser de atividades diferenciadas. Mantoan (2015) destaca que a inclusão não prevê a utilização de práticas individualizadas com métodos de ensino escolar específicos para cada dificuldade de aprendizagem. Segundo a autora, as pessoas com necessidades educacionais especiais, aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato de qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará as possibilidades de cada um. Nessa perspectiva o ensino e as atividades não devem ser diferenciadas, e se for estaremos exercendo uma prática segregadora, excluindo o aluno das atividades coletivas, ou sobrecarregando o mesmo com atividades coletivas (*de faz de conta*) e atividades individualizadas.

Nessa perspectiva Beyer (2005) destaca que atendimento jamais deve concentrar-se explicitamente sobre a criança com necessidades especiais, porém os educadores com atuação pedagógica especializada devem trabalhar sempre no contexto do grupo. Com isto, se estará evitando sempre que possível processo de segregação do aluno especial.

4 | CONSIDERAÇÕES

A exclusão escolar acontece bem antes das pessoas com necessidades educacionais especiais ingressarem nas escolas, a priori, os deficientes foram excluídos até do direito estarem vivos, de viverem no seio de uma família, de uma sociedade. Com o cristianismo, passaram a serem dignos de pena, de caridade, podiam até mendigar pelas ruas, mas não tinham o direito de frequentar o ensino regular, eram indignos de educação escolar,

considerados incapazes de aprender conteúdos curriculares.

Nessa pesquisa exploratória percebemos no relato dos cuidadores de discentes com necessidade educacionais especiais que estes, veem a exclusão como um ato quase que exclusivo do professor regente, não se responsabilizam pela exclusão escolar. Entendemos que a exclusão não pode se resumir pela ausência de adaptações de atividades. Nessa pesquisa defendemos que é preciso criar outros espaços educacionais que deem apoio pedagógico, escolarizado mais efetivo as pessoas com necessidades educacionais especiais.

Contudo, entendemos que a exclusão também acontece pelo fato de que muitos sujeitos do processo educativo como por vezes, a comunidade escolar, gestão, pais, cuidadores, conselhos de educação, políticas públicas e educacionais e os próprios discentes e docentes não assumirem efetivamente suas responsabilidades com a inclusão escolar. Todavia, há um enfoque quase que exclusivo para a responsabilidade docente, ou seja, culpabilizando quase que exclusivamente o professor pela exclusão no processo educacional e fracasso escolar.

Portanto, vale ressaltar que assim como o professor também é responsável pelos processos de exclusão escolar, o cuidador não está isento desta responsabilidade. Nessa direção, é necessário salientar a importância da formação docente inicial e continuada desses profissionais para não improvisar a prática educativa de ensino e realizar seu trabalho com base teórica e conhecimentos emanados da reflexão crítica das experiências com a educação escolar. Esta pesquisa é porta aberta para a realização de outras investigações que abordem a função educativa inclusiva do cuidador de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino regular.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M.S.F.; **Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica**. Temas em Psicologia; v. 47, n. 2, p. 63-70, 1995. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v3n2/v3n2a08.pdf>. Acesso em: 16/06/17.

BRANDENBURG, L. E.; LÜCKMIER, C. **A história da inclusão x exclusão social na perspectiva da educação inclusiva**. Anais do Congresso Estadual de Teologia. São Leopoldo: EST, v. 1, p.175-186, 2013. Disponível em: <http://anais.est.edu.br/index.php/teologiars/article/view/191/149>. Acesso em: 16/06/17.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília, DF: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, 1997.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Ministério da Educação. MEC; SEEP; 2008.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2005. 128p.

BONETTI, Lindomar Wessler. **Exclusão e Inclusão Social** – teoria e método. Contexto e Educação. Ijuí, n. 75 p. 187- 206, jan/jun 2006.

BUARQUE, Cristovam. **A revolução das prioridades**. Instituto de Estudos Econômicos (INESC), 1993.

CARNEIRO, Moaci Alves. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns**. Possibilidades e limitações. Petrópolis: Vozes; 2007.

CASTEL, Robert. **As armadilhas da exclusão**. In: Desigualdade e a questão social. São Paulo: Educ, 2000.

CASTEL, Robert. **Classes sociais, desigualdades sociais, exclusão social**. In: BALSÁ, CASIMIRO, BONETTI, LINDOMAR WESSLER e SOULET, MARC-HENRY (Org). Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006, p.63 – 77.

GARCIA, R. M. C. **Reflexões sobre “inclusão” nas políticas educacionais contemporâneas**. Revista Brasileira de educação especial, 2010. Disponível em: <<http://sintrasem.org.br/sites/default/files/att00073.pdf>>. Acesso em 07/05/17.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Modos de participação e constituição de sujeitos nas práticas sociais: a institucionalização de pessoas com deficiência múltipla**. 1999 123f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo. 1999.

MAGALHÃES, R. C.B. P. **Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação especial**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2015.

MENDES, E. G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Rev. Bras. Educ. Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387-405, dez. 2006 . Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>>. Acesso em: 10/05/17.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 1, 2, 3, 6, 7, 43, 97, 173, 253, 254, 261

Alunos 6, 7, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 22, 24, 27, 28, 29, 34, 35, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 77, 78, 81, 82, 83, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 104, 105, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 122, 125, 127, 128, 129, 130, 134, 138, 140, 144, 146, 147, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 166, 169, 173, 177, 178, 181, 182, 189, 190, 191, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 215, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 233, 234, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 260

Aprendizagem 3, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 21, 23, 27, 28, 29, 30, 36, 37, 41, 42, 43, 52, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 79, 81, 82, 84, 87, 88, 89, 93, 94, 95, 97, 101, 107, 109, 110, 111, 112, 116, 117, 118, 119, 122, 125, 126, 127, 130, 134, 135, 138, 139, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 160, 161, 166, 167, 172, 174, 179, 182, 184, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 207, 209, 210, 211, 215, 216, 217, 219, 225, 235, 237, 244, 248, 250, 252, 253, 254, 255, 256, 258, 260, 262

Avaliação 42, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 72, 73, 78, 79, 95, 102, 104, 106, 116, 117, 120, 128, 130, 133, 156, 164, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 190, 194, 196, 200, 205, 206, 207, 209, 210, 216, 217, 218, 219, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 245

C

Cinemática 163, 164, 165

Computador 9, 10, 11, 12, 15, 16, 18, 21

Cuidadores 121, 122, 123, 127, 128

Currículo 12, 20, 68, 72, 73, 74, 77, 78, 80, 81, 85, 109, 131, 145, 154, 157, 178, 187, 191, 261, 263

D

Deficiência Visual 87, 154, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 211

Desempenho Acadêmico 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182

Diário Íntimo 34, 37, 39, 40, 42, 43, 45, 47, 48, 51

Diversidade 61, 74, 75, 77, 81, 110, 111, 130, 134, 140, 152, 154, 155, 157, 158, 159, 161, 162, 189, 201, 203, 217

E

Educação 2, 5, 8, 9, 10, 11, 20, 21, 22, 23, 32, 42, 60, 61, 62, 63, 64, 70, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 112, 119, 124,

125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 143, 144, 145, 148, 149, 151, 153, 154, 159, 160, 161, 162, 163, 174, 175, 176, 178, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 193, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 211, 213, 215, 218, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 249, 250, 251, 253, 254, 257, 259, 261, 262, 263

Educação Infantil 11, 14, 21, 23, 58, 75, 79, 125, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 154, 161

Ensino-Aprendizagem 9, 10, 12, 27, 111, 116, 119, 122, 158, 172, 202, 207, 211, 237, 244, 250

Ensino de Biologia 110, 112

Ensino de Física 164, 169

Ensino de Genética 110, 111, 119

Ensino de Química 199, 200, 201, 211, 212

Ensino Fundamental 14, 34, 42, 49, 50, 51, 52, 69, 70, 75, 77, 79, 80, 84, 97, 108, 122, 131, 152, 154, 184, 187, 191, 197, 213, 215, 216, 252, 253, 259, 260, 261, 262

Ensino Médio 20, 42, 52, 65, 66, 70, 74, 75, 79, 80, 81, 83, 84, 88, 91, 109, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 154, 174, 191, 199, 200, 201, 202, 205, 211, 243, 245, 250, 251, 263

Escola 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 30, 32, 34, 38, 40, 42, 43, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 87, 93, 94, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 121, 122, 125, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 138, 139, 140, 144, 147, 148, 153, 155, 157, 160, 161, 162, 165, 173, 182, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 198, 201, 213, 214, 215, 216, 217, 238, 247, 248, 250, 259, 261, 262

Exclusão na História 121

F

Família 1, 2, 3, 5, 6, 7, 47, 48, 56, 59, 62, 63, 78, 124, 125, 127, 160, 246

Formação Continuada 9, 10, 11, 13, 14, 15, 19, 20, 21, 83, 130, 131, 132, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 148, 149, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 174, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 197, 198, 250, 259, 260

Formação Docente 9, 21, 22, 109, 110, 111, 118, 119, 121, 128, 130, 138, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 163, 165, 176, 187, 188, 198, 219, 225

Fotografia 86, 87, 88, 89, 92, 95, 96, 238, 239, 246, 251

G

Gêneros Textuais 34, 35, 36, 39, 51, 52

Gestão Escolar 184, 196

H

História Local 86, 88

I

Inclusão 9, 15, 17, 20, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 64, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 136, 144, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 199, 201, 211, 212
Interdisciplinaridade 86, 87, 98, 99, 101, 170, 259, 260, 261

J

Jogo Didático 110, 119

K

Kit Didático 199, 200, 201, 204, 211

L

Legislação 57, 130, 141, 150, 152, 203, 231
Letramento 1, 3, 163, 165, 245

M

Mídias Educacionais 163, 164, 165, 167, 168

P

PIBID 109, 110, 111, 112, 113, 117, 118, 119, 249, 251, 261
Prática Pedagógica 9, 12, 13, 18, 19, 27, 58, 67, 73, 81, 86, 87, 105, 131, 132, 133, 134, 137, 139, 144, 145, 146, 147, 148, 166, 185, 188, 197, 199, 201, 202, 203, 211
Professor 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 29, 32, 36, 37, 38, 41, 52, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 76, 77, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 96, 98, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 113, 115, 118, 127, 128, 132, 133, 139, 140, 141, 146, 147, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 166, 167, 169, 172, 173, 174, 178, 182, 183, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 196, 197, 199, 201, 203, 205, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 225, 226, 246, 247, 248, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 261, 263
Profissionalização Docente 163, 164, 165, 166, 173, 174
Protagonismo 31, 54

S

Saúde do Professor 99, 100, 101
Situação Acadêmica 175, 181

T

Tecnologia 15, 16, 17, 18, 59, 62, 63, 80, 87, 96, 119, 145, 147, 163, 164, 165, 166, 174, 175, 176, 178, 199, 200, 201, 211, 213, 263

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS NA AÇÃO DOCENTE 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS NA AÇÃO DOCENTE 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 